



O jornalista Bernardo da Rocha Loureiro e a Lusitana Antiga Liberdade¹

MUNARO, Luís Francisco²
Universidade Federal de Roraima

RESUMO: João Bernardo da Rocha Loureiro foi um dos intelectos portugueses mais importantes no início do século XIX. Depois de migrar para a Inglaterra em 1813, ele fundou o jornal *O Português*, que durou de 1814 a 1821, voltando a circular entre 1823 e 1826. O pensamento contido nos primeiros seis anos do jornal merece uma análise detida: contém a denúncia da crise administrativa do Reino luso-brasileiro, da inépcia e covardia do rei D. João VI, assim como a busca por dar um estatuto ao homem português no mundo europeu do início do século. Em virtude de suas simpatias republicanas, foi acusado de querer vender o reino português ao domínio espanhol. Uma das principais características do seu texto, que exploraremos neste artigo, é seu jornalismo que, ainda que impregnado de ideias liberais, faz forte apelo à tradição e à nostalgia do passado português.

PALAVRAS-CHAVE: História do jornalismo; Bernardo da Rocha Loureiro; Mitologia política; Ilustração portuguesa; Idade de Ouro.

Acuada pela censura em Portugal, que se desdobrava em três instâncias diferentes (episcopal, estatal e eclesiástica), a imprensa em Portugal permaneceu, até pelo menos a fuga da Corte para o Brasil, em 1807, periférica ao amplo debate que seguiu a filosofia do Iluminismo no século XVIII. A migração da Corte e a orfandade portuguesa abriu espaço para o surgimento de panfletos e periódicos contrários à ocupação de Portugal pela França. O período de instabilidade política decorrente dessa alteração radical das fronteiras europeias favoreceu também a indecisão censória sobre o que podia ou não ser publicado. Situação que será catalisada pela Revolução Liberal do Porto em 1820 e que, através das Cortes de Lisboa em 1822, vai inserir definitivamente a pauta da liberdade de imprensa no calendário político português e brasileiro.

Antes dessa ebulição de periódicos ganhar espaço no cenário lusófono, a Inglaterra serviu de asilo para intelectuais e negociantes portugueses envolvidos com práticas liberais. Diante das perseguições políticas e da situação de incerteza na Península Ibérica, Londres apareceu como uma cidade acolhedora, tanto quanto o Rio de Janeiro para os membros da Corte, e a própria Paris para indivíduos de tendências republicanas. Como sugerimos noutra ocasião, os impressores prósperos sediados em *Fleet Street*, na

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 28 a 30 de maio de 2015.

² Professor adjunto do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFRR. Doutor em História Moderna pela UFF e mestre em Jornalismo pela UFSC. Graduado em Jornalismo e em História pela UNICENTRO.



cidade de Londres, foram muito úteis para a dispersão de panfletos, periódicos e impressos políticos construídos pelos portugueses (MUNARO, 2014).

Estes impressos ajudaram a estruturar uma percepção política reformista do Reino português, que agora passava a integrar o Rio de Janeiro na condição, temporariamente, de metrópole do reino. Graças a essa liberdade de impressão, o intelecto lusitano conseguiu participar mais ativamente da cultura liberal, também beneficiado pelos espaços de circulação em Londres, como lojas maçônicas, tavernas e casas de estadistas. Em pouco tempo, foi construída uma rede de escritos críticos às práticas da nobiliarquia portuguesa que, em alguns casos, não excluiu nem o próprio rei, diretamente associado ao estado de inanição em que se encontrava a indústria portuguesa.

Também entre esses intelectuais lusófonos começaram a se esboçar as ideias de ruptura política, que aludiam às vantagens da separação de Brasil e Portugal ou à manutenção da sede numa ou noutra de suas partes (Lisboa ou Rio de Janeiro). Essas discussões começaram a se tornar mais acaloradas diante da demora do rei em se pronunciar, mesmo tendo finalizado, em 1815, a guerra napoleônica e, por outro lado, iniciado as discussões do Congresso de Viena, que buscava discutir a reestruturação do mapa europeu a partir do princípio de legitimidade dos príncipes e reinos tradicionais. Portugal, dessa forma, não apenas perdia territórios, como a Olivença, como se via diante da iminência de, pela ausência da monarquia, se tornar uma província espanhola.

Esse estado de tensão política favoreceu o surgimento de todos os tipos de mensagens políticas formais, trânsito de ideias favorecido, sobretudo, pelos jornais que já se encontravam em situação estável em Londres, seja financiados por setores vinculados à monarquia ou aos negociantes portugueses. Dentre estes jornais estão *O Investigador*, *O Português*, *O Espelho*, *Correio Braziliense*, *O Padre Amaro*, e os mais efêmeros *Argus*, *Zurrague* e *Navalha de Figaró*. Nossa proposta, neste artigo, é evidenciar a proposta de um deles, *O Português*, escrito entre 1814 e 1821 pelo jornalista João Bernardo da Rocha Loureiro, exilado político que desembarcou em Londres em 1813.

No seu jornal, um aspecto será destacado: ao invés da ruptura escancarada das Luzes, evidencia-se o apego ao passado, à tradição, à nostalgia dos versos camonianos sobre a expansão ilimitada do Reino português do século XV. A esse passado ideal, revisitado pelas páginas do jornal, o escritor chama “lusitana antiga liberdade”. Trata-se da Idade do Ouro que permitirá, através de seus exemplos positivos, restituir a combalida moral do homem português.



1. O HOMEM E O JORNAL

João Bernardo da Rocha Loureiro desembarcou em Londres em 1813, quando começou a frequentar com assiduidade o *Club* dos portugueses na taverna *City of London*. Antes de iniciar a redação do jornal *O Espelho*, nesse mesmo ano, Loureiro já tinha redigido os jornais *Correio da Península* e *Telégrafo*, em Portugal, em conjunto com Pato Moniz, outro membro da comunidade de portugueses exilados em Londres. Durante essa primeira tentativa de praticar o jornalismo, Rocha Loureiro recebeu verbas de Joaquim José da Costa Simas, que também iria compor a comunidade de exilados portugueses. Daí surgiu sua intimidade com a redação de jornais e com a aquisição de fontes de financiamento necessárias para o lançamento de seus empreendimentos no estrangeiro.

Seu primeiro jornal em Londres, *O Espelho*, foi publicado através da mesma tipografia utilizada pelo *Correio Braziliense*, na Wych Street, com a ajuda de Hipólito da Costa e de negociantes do *Club* (TENGARRINHA, 2004, p. 12). Se essa primeira tentativa resultou num fracasso, o jornal seguinte, lançado em 1814, durou até 1821 e se tornou uma das vozes liberais portuguesas mais influentes. Chamando seu jornal de *O Português*, Loureiro apostou na inovação ideológica. Enquanto seu maior rival, o jornalista José Liberato, manifestava apego à diplomacia lusitana em seu *Investigador* (1811-1819), e Hipólito da Costa mantinha-se firmemente adepto de D. João VI no seu *Correio Braziliense* (1808-1822), Loureiro começava a manifestar posições cada vez mais críticas. Nas páginas do *Português*, ele montou um pequeno laboratório que dissecava “erros de doutrina” e “erros de ciência” no jornal rival e, a partir disso, construiu um editorial relativamente sólido que ajudou a dar fundamento à esfera pública lusófona. Como bom ensaísta, o autor do *Português* dedicou boa parte do seu tempo para atacar a “sinceridade” da escrita dos seus antagonistas, consolidando, nesse processo, os seus próprios princípios jornalísticos:

Desgraçada é por certo a estreia de um Redator; pois ainda tendo cabimento e freguesia, a cada passo topa com escrúpulos, impertinências, desaguisados, bicos de obra, que lhe mortificam, e apuram a paciência: d’ali vem um, que não sabe ler, e triunfa por ter no periódico deparado com uma contradição imaginária; lá se ergue outro, com rosto mais carregado que um censor romano, e faz carregio [sic] ao Redator até dos mais grosseiros erros da imprensa; aquele lhe pede satisfação, por desagravo de honra, que nunca teve; este lhe envia descomposturas rebuçadas; e o pobre redator com a cabeça, e peito descoberto, exposto sem resguardo a toda esta tempestade do respeitável público! ... Ah! Pobres redatores! A vossa sorte ainda é mais desgraçada, do que se pode dizer ditoso o estado dos naires do Malabar: de vós, ó mais que muito infelizes



Gazeteiros, só pode dizer: *mesquinha condição! Mesquinha gente!* (*O Português*, V. II, 1814, no.1, p. 96).

É muito nítido, nesses primeiros anos de jornalismo no exílio (1813-1814), como Loureiro repercute Hipólito da Costa e constitui-se mesmo numa espécie de complemento do *Correio Braziliense*. Loureiro chegou ao extremo de relacionar a Hipólito da Costa a paternidade discursiva dos empreendimentos literários lusófonos no exterior: “Só o *Correio Braziliense* que os [*Campeão e Portugêses*] viu nascer, e até se pode dizer que foi seu pai, está gozando perfeita saúde, e promete durar longos anos. Bem se pode comparar o *Correio Braziliense* a um pai”. Além de ajudar Hipólito no combate ao poderoso embaixador de Portugal na Inglaterra D. Domingos de Sousa Coutinho, Rocha Loureiro se destacou por fazer críticas a um cortesão em particular, denunciando suas negociatas ilegais com um capitalista inglês no Brasil chamado *Mr. Young*. Esse cortesão seria o barão Maria Targini, presidente do Real Erário no Rio de Janeiro:

Nós sabemos de um dos principais empregados na corte do Brasil, que depois de ter fugido, levando roubado o cofre de uma capitania, foi empregado no erário da capital: que se esperava de tal administrador? Que fizesse o que tem feito com escândalo de todo mundo; pois começou por edificar um soberbo palácio; depois ligou-se em sociedade com um estrangeiro que é o seu testa-de-ferro, e ambos eles têm exaurido o erário, e se não tornados opulentíssimos, enquanto o Príncipe e a Casa Real, por falta de dinheiro, se veem obrigados a contrair sob condições usurárias, e vergonhosas, um empréstimo em Inglaterra, gastando de antemão os frutos incertos do futuro (Apud DOURADO, 1957, p. 357).

Loureiro aprofunda a crítica já feita por Hipólito da Costa quanto à espoliação do Erário do Reino por administradores corruptos. Ele dá nome aos bois no que se refere a denunciar capitalistas ingleses que estariam lucrando com a abertura dos portos (1808) no Brasil. Percebe-se uma sensível mudança de opção ideológica nas críticas que começam a ser elaboradas e aprofundadas por João Bernardo da Rocha Loureiro. Se Hipólito da Costa critica as autoridades portuguesas pelo desfavorecimento do mundo luso-brasileiro durante os Tratados comerciais de 1810 celebrados com a Inglaterra, Rocha Loureiro toma uma posição mais específica em direção aos negociantes de Portugal. Os seus ataques ao Barão Targini, que surge sempre como encarnação do político desonesto, é também um ataque à espoliação sofrida por Portugal diante do Brasil, com a presença negativa da Inglaterra entre os dois, vista no exemplo do *capitalista Young*. A crítica de Loureiro a Targini, no decorrer da narrativa, se torna mais explícita: ele encarnava um governo corrupto que se transmitiu ao Brasil e agora impede



Portugal de se tornar um reino próspero. Ele é percebido como um obstáculo que torna impossível a volta do rei para Portugal. Sua proximidade do dinheiro demonstra a falência moral do governo brasileiro, preocupado em tocar negociatas diante das quais Portugal apenas perde a oportunidade de ingressar no mundo liberal. Seu interesse em que a corte permanecesse no Brasil dizia respeito, assim, aos seus próprios lucros indevidos:

O senhor Maria Targini, que, com três contos de renda em cada ano, está no Rio, às barbas do governo, fazendo um escandaloso palácio de custo de centos de mil cruzados, o senhor Maria Targini pode, e deve sentir muito, quando se verifique, a mudança da Corte para Lisboa; mas eu, que para onde vou levo tudo comigo, e tenho bagagem de leigo franciscano, que me importa? (*O Português*, V. II, pp. 113-4).

A partir desse tipo de fala, é possível induzir que Loureiro é uma voz bastante próxima dos negociantes portugueses que se ajuntam no *Club* localizado na *City of London* (MUNARO, 2014), enquanto Hipólito e sua opção brasileira vão afastá-lo cada vez mais dos interesses dos mesmos negociantes. As informações sobre os financiamentos recebidos por Rocha Loureiro não são seguras. Ele podia contar com a ajuda de inúmeros indivíduos participantes do *Club* que tinham interesse direto na publicação do seu jornal. O questionamento mais explícito sobre o tipo de financiamento que cai nos bolsos de Loureiro vem de Joaquim de Freitas, no jornal *O Padre Amaro*, em 1820: diz respeito a algumas regalias recebidas da Embaixada Espanhola. Ao contrário dos jornalistas José Liberato e Hipólito da Costa, que têm em Custódio Pereira de Carvalho e Antonio Martins Pedra negociantes amigos, Loureiro pode ter contado com um conjunto de subscritores mais próximo do que se chama de público leitor.

2. CONTRATO E UTOPIA

Na condição de universitário em Coimbra, Rocha Loureiro manifestou algumas disposições intelectuais bastante específicas daquilo que Kenneth Maxwell chamou de “geração de 1790” (1999). Indivíduos como Margiochi, Rocha Loureiro, Hipólito da Costa e D. Domingos, que partilhavam dessa mesma formação, começaram a esboçar um pensamento reformista que avançou bastante com relação aos quadros tradicionais do intelecto português. Segundo Adelaide Machado,

A Universidade de Coimbra reformada proporcionava a cada um uma bagagem cognitiva completamente nova. Ao assumir um racionalismo filtrado pelas correntes empiristas de Newton e Locke, criou um ensino calculado como suporte teórico do absolutismo e formação de quadros que o servissem na prática. Acabou, no entanto, por dotar os seus alunos do espírito crítico necessário à



implantação de uma nova cultura que coava o conhecimento adquirido e a adquirir através do funil da legitimação racional (MACHADO, 1997, p. 479).

Ainda segundo essa bagagem, as pedras de sustentação da sociedade portuguesa estavam localizadas no pacto realizado entre o monarca e o povo. Este *contrato*, que tantas vezes o jornalista José Liberato afirmou ter sido realizado através das Cortes de Lamego, quando D. Afonso Henriques selou a sua condição de monarca, é o fundamento dos poderes do rei. A recorrência à história dá solidez ao contrato social como ele é imaginado pelos portugueses. Contrato que não foge da ideia de uma cabeça reinante capaz de conduzir os povos durante as duras provações por que passa a história europeia.

Nesse período de construção do contrato, Portugal selava sua condição de potência através da aventura pelos mares, quando não havia reino capaz de equiparar suas conquistas ultramarinas. É precisamente dessa sede nostálgica, que mistura a bagagem racionalista com a tradição mítica, que surge todo um esboço político, responsável pela filiação nacional de vários portugueses, como iremos detalhar. Segundo Raoul Girardet, a efervescência mítica de períodos de maior conturbação política pode consistir na:

Denúncia de uma conspiração maléfica tendendo a submeter os povos à dominação de forças obscuras e perversas. Imagens de uma Idade de Ouro da qual convém redescobrir a felicidade ou uma Revolução redentora que permite à humanidade entrar na fase final de sua história e assegura para sempre o reino da justiça. Apelo ao chefe salvador, restaurador da ordem ou conquistador de uma nova grandeza coletiva (GIRARDET, 1987, p. 11).

A utopia de futuro sela o seu destino junto à ideia do legislador ideal, do guia magnânimo, ou, então, meramente do que podemos chamar de bom príncipe (BACZKO, 1978, p. 160). Tantas vezes quanto pôde, Hipólito da Costa exaltou a imagem do rei e defendeu a sua imperturbabilidade moral. Como, contudo, o rei se encontrava obscurecido, anulado pelas forças ministeriais num Brasil crescentemente autista, seu poder taumatúrgico não tocava as partes mais distantes do reino. Para que essa seiva corresse e o antigo pacto dos portugueses fosse restaurado, as reformas conduzidas pelos homens de talento deveriam reconstruir o aparelho danificado do Antigo Regime. Restaria assim, de acordo com as tão propaladas *Luzes do século*, um rei aclamado pelo seu povo, sem a intrusão de um séquito dispendioso e mesmo sem a intrusão do Brasil.

No longo percurso editorial de cada um dos jornais portugueses publicados no estrangeiro, as engrenagens da sociedade são extensamente sonhadas e buscadas aplicar sobre um real que aparece sempre bloqueado. Nesse sentido, a utopia possui uma força



realizadora que impele os homens para a construção de algo positivo. Ela não é puramente ornamental. Como argumenta Itamar Borges, ela possui estruturas que lembram as do contrato social, andando, contudo, na outra direção: se o contrato realiza a sociedade num passado ideal, a utopia tem como ideal essa mesma sociedade no futuro:

O contrato social é uma concepção que projeta no passado a origem da sociedade, enquanto a narrativa utópica projeta no futuro a possibilidade de sua realização ideal. São duas construções com expressão de traços míticos e ambas enraizadas no presente, pois tanto o filósofo contratualista quanto o criador de relatos utópicos partem da análise da sociedade e do momento em que vivem (BORGES, 2008, p. 8).

Se a utopia impele para o futuro e implica, na maior parte das vezes, reconstruções extremas da paisagem social, o contrato implica num retorno ao passado que permite perceber as origens dos vínculos interpessoais presentes numa sociedade entendida como *pátria*. São, assim, dois conceitos que se encontram vinculados: em seu bojo residem tentativas de fornecer argumentos para explicar as forças agregadoras da sociedade. Da mesma forma que o futuro imaginado, a história também aparece como um encadeamento ideal de eventos cuja força executória acaba sublimada no próprio presente. É possível perceber, por exemplo, como diante da anti-historicidade do Brasil, Hipólito da Costa encarna nele a *quarta parte nova* dos versos de Camões (LAJOLO, 2002). O Brasil está fora da história. Seu significado começa apenas quando D. João chega no Rio de Janeiro e com ele a força fecundante da Europa. Nesse sentido, a tarefa dos outros jornalistas portugueses é menos ingrata: existe uma história, existem Cortes e existe o rei fundador, D. Afonso. O que é necessário é “restaurar o edifício corrompido” fazendo com que ele caminhe de acordo com as “Luzes do século”. Por certo, num momento em que a identidade portuguesa se vê cambaleante, a missão histórica do jornalista não se desliga desse patriotismo que é ao mesmo tempo o panegírico da história, da tradição inventada, da narrativa nacional, independente de como se queira imaginá-la. A história que João Bernardo da Rocha Loureiro revive nas páginas do *Português* é uma sucessão de exemplos positivos que esclarecem o contrato dos povos portugueses. A história possui uma força moralizante que ressalta os exemplos positivos e, ao mesmo tempo, impõe limitações para o comportamento dos povos (BACZKO, 1978, p. 169).

A preocupação de Loureiro – e de qualquer outro jornalista português de seu tempo – é como celebrar o contrato e onde buscar o fundamento capaz de garantir a unidade dos povos portugueses. Entrando um pouco mais a fundo na questão, Loureiro



celebra os feitos célebres dos reis, desde D. Afonso e, percorrendo a história, depara-se com a mão-mole de D. João VI. Pela primeira vez, e isso acontece em 1815, Loureiro questiona o merecimento do rei ao trono.

Quanto ao contratualismo, Loureiro começa a esboçar com maior força teórica as suas ideias a partir das cartas mandadas ao interlocutor imaginário Orestes, em 1814, em que relata a perfeição da constituição do povo inglês. Ali ele pinta em cores marcantes a situação do Reino luso-brasileiro e também oferece uma noção contratual segundo a qual a unidade de Portugal estaria sendo espoliada pela ingerência de várias forças estrangeiras. As cartas publicadas entre 21 de janeiro de 1769 e 21 de janeiro de 1772 no jornal inglês *Public Advertiser*, por um personagem autoidentificado como Junius, foram um grande sucesso editorial em Londres – reimpressas, inclusive, na própria tipografia utilizada por Hipólito da Costa e Loureiro na Wych Street (BLACK, 1987, p. 129). O ardor dos ataques que elas portavam contra o governo pessoal do rei George III parecem ter seduzido Loureiro, como ele mesmo o afirmou:

Por mui pago me dera os meus coitados talentos se alguma [das cartas a Orestes] tivesse que, versando sobre objetos políticos, fosse morte-cor, sombra ou fraco arremedo das famosas cartas de Junius, delícias desta nação que dá preço ao juízo e sabe cavar fundo nos campos do pensamento (*O Português*, V.III, n. 14, 14 de junho de 1815, p. 109).

Para encaixar as peças do seu contrato, Loureiro utiliza a força retórica do diálogo com Orestes. O diálogo enquanto acontecimento discursivo se repete na literatura desde o *Banquete* platônico e permite que o escritor exponha de forma clara e didática as suas ideias, melhorando-as, quando aprover, e persuadindo, pelo tom familiar, o seu leitor. Nesse sentido, Loureiro aproveita o Orestes imaginário para sugerir uma noção de contrato que tem na história moral portuguesa os princípios da *regeneração*. O sentido simbólico e mesmo mítico dessa *regeneração* está mais bem exemplificada no uso da expressão camoniana *Lusitana Antiga Liberdade*. Quando Antonio Sérgio menciona, em sua palestra *O Reino Cadaveroso*, o seu desânimo diante do apego do gênio português ao *escolasticismo*, também faz uma menção à pregnância intelectual portuguesa no século XV. Ali se embutiu, com as navegações ultramarinas, um espírito experimental bastante criativo e mesmo adequado à cosmovisão introduzida pelo Renascimento (SÉRGIO, 1926). Contudo, não passou de uma chama. Esse tempo em que Portugal experimentava e, experimentando, descobria, foi logo esbulhado pela presença dos jesuítas e da Inquisição. Surgem assim as expressões *Reino Cadaveroso*, *Reino da Estupidez*, ou



mesmo *Reino da Estupidez Cadaverosa*. Tanto quanto Antonio Sérgio, em 1926, lamentava esse longo período das trevas portuguesas, vendo ventilação intelectual apenas nos textos de estrangeirados como Verney e Alexandre Herculano, Loureiro lamentava a degeneração de Portugal recantando a epopeia das conquistas portuguesas de Camões. Este poeta exprimiria o espírito crítico, o individualismo e o experimentalismo do Renascimento, exprimindo, de quebra, o gosto do português pela aventura rumo ao desconhecido. É a essa nostalgia que Loureiro recorre para injetar autoestima no combalido ânimo português. Nostalgia semelhante à que Antonio Sérgio mostraria um século depois pelo experimentalismo português.

3. UTOPIA E IDEOLOGIA

Outra ideia apresentada pelo jornalismo de Rocha Loureiro que cumpre discutir é a de que a utopia, durante a *transição liberal*, se incorpora à ideologia. Quer dizer, a utopia, que ao mesmo tempo está permeada por sentimentos nostálgicos, aciona o poder do exemplo histórico para garantir sua autoridade. Assim explica José Alves, mencionando a *Lusitana Antiga Liberdade*:

Podemos talvez afirmar que, em Rocha Loureiro, a ‘Lusitana antiga liberdade’, as antigas cortes e outros valores, são o apelo, a busca na ideologia popular das antigas liberdades roubadas, convertendo-as de algum modo em mito e motor, que presta um serviço ao movimento liberal em Portugal. [...Ele] hegemoniza, no sentido em que penetra fundo nas necessidades conjunturais e estruturais, faz um discurso de poder, já que pretende encaminhar-se para as realidades mais concretas e procura dar respostas às necessidades mais evidentes, que têm a sua expressão no desejo tendencial do bloco histórico. Para ele, *a política não é a interrupção do imaginário, o problema está em reativar a tradição e aproximar a utopia* (ALVES, 1987, pp. 708-9, grifos do autor).

A própria ideia de liberalismo implica nessa assunção constante do novo por parte do indivíduo histórico, de forma que ele ascenda sempre a um grau de conhecimento superior. Reativar a tradição e aproximá-la da utopia não diz respeito, necessariamente, à reorganização estrutural da sociedade portuguesa. Trata-se, sim, de um *caminhar nos eixos*, tornando a nação adequada às *Luzes do século* sem romper com os usos e costumes que são o próprio sustentáculo do contrato português. A questão fica mais inteligível quando comparamos a missão de Rocha Loureiro com a do brasileiro Hipólito da Costa. Enquanto o primeiro busca a legitimidade de Portugal no seu *Renascimento*, Hipólito da Costa busca atribuir significado a um Brasil distante do imaginário europeu e instaurar um dizer-suporte para uma terra completamente fora da cartografia europeia. Loureiro



busca reativar a grandeza de Portugal a partir do conjunto de imagens camonianas da “lusitana antiga liberdade” e recolocar a potência portuguesa no mapa europeu. Hipólito está mais próximo de *partir do zero*, quer dizer, de um imaginário utópico mais despido de ideologia. Contudo, mesmo a reativação da história portuguesa está ligada à utopia. Isso parece óbvio quando lançamos o olhar para um povo cuja identidade está à margem da ruína e que sofre, constantemente, o risco de ter sua soberania política dissolvida. Nesse sentido, e diante da urgência pragmática da situação, a ideologia na forma de história absorve a utopia e serve como seu motor.

O que de mais particular Loureiro oferece, talvez reconhecido pelo próprio redator quando, em 1824, decide reunir uma coleção de textos sob o título de *Memoriais a D. João VI*, é a fraqueza e inépcia do rei. Ao contrário do que acalenta Hipólito da Costa, ou como sustentam jornalistas e ideólogos do absolutismo como José Agostinho de Macedo e José Anselmo Correia Henriques em seu *Zurraque*, Loureiro mostra-se, pela primeira vez entre os portugueses, incapaz de ver em D. João VI uma força unificadora. Ele passa a esboçar uma noção contratual que remete *apenas* ao Direito Positivo. É ele quem mais claramente traz o rei para o território da política tornando-o o “primeiro cidadão de Portugal”. Para Loureiro, ser rei implicava a total abnegação em prol da política, já que o rei, enquanto uma figura superior, estava acima de qualquer outro português. Como se vê nos *Memoriais*, Loureiro está sempre a insinuar que D. João não está pronto para assumir essa condição.

Bernardo da Rocha Loureiro destaca-se, assim, pela denúncia da covardia do rei e pela sugestão de um contrato que tem seu resgate na história, quiçá até mesmo numa ideia de “grande península” que remete ao império romano. Não pode haver melhor explicação para os disparates cometidos pelo maquinário público senão na apatia de um rei que não se dispõe a governar. O rei se insula em meio a um casulo onde suas decisões se tornam mero *nonsense*. Enquanto Hipólito via no *Almanaque de Lisboa* a encarnação do espírito abstrato e descolado dos problemas reais do reino, Loureiro desloca essa argumentação para o próprio rei que encarna o absolutismo, afastando-se da realidade (ou do projeto) das *Luzes*. E o rei está fora da realidade não pela ação ruim dos ministros, necessariamente, mas pela falta de vontade de sair desse círculo vicioso e oferecer para Portugal um estatuto digno do século XIX. Essa crítica ao mundo de sonhos de D. João pode ser bem exemplificada pela “liberalidade” do rei ao distribuir mercês numa *terra de ninguém* como o Brasil, construindo quase uma antiutopia nos trópicos:



Terras, tenças, comendas, salários, ofícios de nova criação escusada, foros reguengos, tudo o que havia de pingue e de algum chorume está dado. E quando nada mais havia para dar que fundisse algum proveito, deitou-se o rei no espaço imaginário da ficção. Criaram-se novos títulos e ordens de Cavalaria desmontada com que se tem inundado todos os domínios portugueses. V.M. no rebate porque se está descontando o mesmo dinheiro papel que V.M. criou? Esse papel moeda já pouco vale e em breve nada valerá se dele espalham grande quantidade. As honras de V.M. dadas aos montões em reinado tão sem glória e semeadas por todos os chambres do Brasil, são pífiyas maravilhas sem mais sólido luzimento que as pedras falsas dos vestidos de comediantes (LOUREIRO, 1973, p. 207).

E mais:

Ah Senhor! Veja V.M. como tem verificado a fábula de Midas! Este rei convertia em ouro quanto com as mãos tocava, e o ouro de nada lhe servia. V.M. faz nascer debaixo de seus magníficos dedos hábitos e hábitos, comendas e comendas, e contudo, a verdadeira honra não existe. Eis aí o caso de se poder afirmar que a abundância produz esterilidade (*O Português*, Agosto de 1820, p. 97).

Loureiro vê nessa distribuição de mercês o mesmo *nonsense* que Hipólito via quando D. João declarara guerra aos botocudos. Que sentido faz emitir um decreto de guerra contra um povo que sequer sabe ler? Para Loureiro: que sentido faz distribuir mercês militares para homens que nunca viram uma guerra? O desânimo de Loureiro caminha assim paralelamente ao desencantamento da figura real, quer dizer, à tentativa de dar um fim definitivo à noção de Direito Divino que continua a aparecer – ainda que apenas sob a rubrica de *Direito Divino Natural* –, nos textos de Hipólito. Numa das suas várias cartas ao rei, ele aconselha:

A fortuna que fez a V. M. nascer para ser rei, ao mesmo tempo em que lhe deu essa qualidade, negou-lhe a de poder vir a ter um amigo, que a amizade só se pode dar entre iguais e o rei a todos é superior. Por isso, *quando V. M. viola essa lei da natureza*, mal o pode fazer impunemente, que essa matilha de aduladores, nos quais V.M. julga ter amigos fieis, apenas são privados e validos, gente sem fé e sem lei, Janos políticos porque têm dois rostos, egoístas e hipócritas refinados, inimigos jurados do príncipe e do povo, ruína e peste da sociedade. Essas sereias políticas enganam com brando parecer e aliciam com meigas vozes os olhos e ouvidos do monarca. *Assim o vão elas atraindo a voragem da perdição, e na profundidade dela se abismará sem remédio o rei e o povo*. É impossível não ouvir já de perto e distinguir o mar fremente e fervendo em novelos de remoinho, e os agudos cachopos aonde se vai quebrar a nau do Estado, e as gritas e alarido dos míseros naufragantes, e o pranto lastimoso e a desesperação dos que de longe os veem a pique sem lhes poder valer (LOUREIRO, 1973, p. 147, grifos nossos).

O abismo no qual vai caindo o rei é mero eufemismo para a impossibilidade real em que Loureiro vê a condição do atual monarca, isto é, quando já se torna “impossível

não ouvir”. Todas as medidas sem nenhum sentido político claro, em cuja base está o dedo do rei, catalisam a ruína de Portugal e não podem mudar de direção:

com o governo de V. M., essa nossa antiga e ilustre metrópole (oh, infelicidade!) em vez de ser cabeceira, tem sido escabelo calcado aos pés de todos os outros governos. Com os grandes cabedais de poder que V.M. possui, está sendo agora o mais pobre e o menos respeitado soberano do mundo e podia, se houvesse muitas Américas e muitos mundos (como o sonhava Anaxágoras) possuí-los todos, que não seria com eles mais rico, e muito mais desbaratara se possuísse mais do que tem (LOUREIRO, 1973, p. 226).

Loureiro dá solidez aos argumentos sobre a inversão do sistema metropolitano-colonial. Evidentemente, há nas suas palavras um sentido contratual eurocêntrico: tão difícil para Hipólito é imaginar a ruptura do Reino luso-brasileiro quanto para Loureiro é imaginar uma capital europeia fora da Europa. Assim, ele menciona o Abbé Du Pradt:

Em verdade, mal podemos nós falar de um país como Portugal que não tem ainda um estado de assento, pois não é ele destinado a ficar, como agora o está sendo, província dum reino americano. Tal estado é contrário à natureza das coisas e à ordem geral da Europa que mal consente o ser uma de suas partes colônia do Novo Mundo e o estar a Europa dependente do Brasil para respostas em negócios europeus (Du Pradt, apud. LOUREIRO, 1973, p. 191.)

É nessa organização natural das coisas que reside o sentido utópico e ao mesmo tempo ideológico do jornalismo de Rocha Loureiro. A utopia é um conjunto de imagens relativas à perfeição social, em cujo pano de fundo está ancorada a ideia de que a civilização se realiza na Europa. A utopia serve para catalisar a ação da ideologia. Construir Portugal é reconstruir a ‘antiga lusitana liberdade’:

A utopia histórica que carrega o discurso é libertadora, apesar da sua carga ideológica, porque nela utopia e ideologia confundem-se, caminham a par, são faces da mesma moeda, que mesmo na eventualidade de poder vir a transformar-se em totalitário, não invalida o caráter transformador da utopia e do seu conteúdo ideológico (ALVES, 1987, p. 709.)

Este conteúdo utópico e ideológico funciona através da impulsão para o futuro rumo à instituição do que já esteve instituído. Utopia e contrato, utopia e ideologia, mesclam-se assim inexoravelmente, realçando o caráter fundamentalmente tradicional da sociedade e do intelecto português, da devoção obstinada às glórias passadas, e mesmo, para usar a expressão de Antonio Sérgio, de certo aspecto *cadaveroso*. A construção da utopia possui caráter aberto no contexto da realização das Cortes de Lisboa:



Conhecimento e interesse, no seu discurso [das Cortes de Lisboa], caminham a par numa utopia sem caráter absoluto, onde o tecer revolucionário propõe a transformação da ordem social. Em nosso entender verifica-se uma articulação íntima entre a utopia do concreto – onde o desejo traduz um imaginário, segrega do real e no real, relação sujeito/objeto, trabalho e interação, - e a utopia libertadora, uma remetendo à outra, onde se descobre ser a cultura o sustentáculo de tudo o mais, e onde o indivíduo, consciente da sua função, encontra a sua primeira ‘razão de ser’ (ALVES, 1988, p. 13).

De fato, há um tecer e uma justificativa do revolucionário em Loureiro. Para ele, tanto quanto a dinastia bragantina se inaugurou diante das cinzas de outra dinastia, agora os bragantinos estariam na mesma iminência de se verem depostos por um príncipe ou um governo melhor. Loureiro tece da forma mais pragmática possível um conjunto de noções para tornar possível a governabilidade em Portugal tendo como exemplo, sempre que possível, a Constituição inglesa (SANTOS, 1980, p. 432). Uma vez exposto o seu projeto de governo, suas noções contratuais e sua história moral, que caminham par a par com imagens salvacionistas, principados míticos, e o caráter mais pragmático da doutrina política, Loureiro questiona a si próprio e seu serviço: por que fazer tão árdua defesa de Portugal e arriscar sua própria cabeça, senão para o bem maior da pátria?

Para que havia eu ir oferecer sem necessidade e sem fruto o pescoço ao cutelo dos Maniques portugueses? Não faltam outras vítimas inocentes que eles degolem nas aras do despotismo, e no sangue das quais banhem até os cotovelos os braços carniceiros e possam tingir de negro seus nomes execráveis, nem aqui me faltam a mim tormentos que martirizem e me tornem amarga e cansada a vida, como são a ideia da pátria que perdi e talvez nunca mais verei, e a saudade dos meus Portugueses, e o ter de acabar a vida entre estranhos e não ter de me cobrir os ossos a terra da minha pátria! (LOUREIRO, 1973, p. 146).

Eis, nesse início do século XIX, período de construção de uma esfera pública lusófona, a principal orientação deontológica do jornalismo em processo de consolidação: a pátria, o contrato e a tradição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cansado de ver os líderes portugueses surdos aos seus clamores, Rocha Loureiro se colocou na condição do infeliz Sancho Pança, o conselheiro solitário e fiel, que se apresenta prostradamente diante de um senhor incapaz de ouvi-lo, motivado como está a lutar contra moinhos de vento. Voltar para a pátria, gozar da antiga lusitana liberdade entre familiares e amigos, se torna a utopia de Rocha Loureiro. A nostalgia, talvez o principal alicerce desse pensamento, adquire sua implicação teórica mais evidente nos



versos de Camões utilizados como força ideológica. Ao mesmo tempo, a sede de ver a regeneração adquire os contornos utópicos da mudança. Essa confusão, característica da iminência da absorção de Portugal por alguma potência maior, é bastante inteligível. Ela permite o avanço em pelo menos dois aspectos: não existe utopia sem ideologia e toda a utopia traz embutida uma noção de contrato. No caso português, essencialmente tradicionalista, a utopia tem caráter nostálgico, da mesma forma que suas Luzes se voltam para a redescoberta do passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, José Augusto dos Santos. “O Português e o discurso de saber/poder”. *Cultura – Revista de História e Teoria das ideias*. Universidade Nova de Lisboa/Centro de História da Cultura. V. 6. 1987. Pp. 699-724
- ALVES, José Augusto dos Santos. **Ideologia e política na imprensa do exílio**. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.
- BACZKO, Bronislaw. **Lumières de l’utopie**. Critique de la politique. Paris: Payot, 1978.
- BLACK, Jeremy. **The English Press in the Eighteenth Century**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1987.
- BORGES, Bento Itamar. “Verdade e ficção em textos utópicos”. **Editorial Philosophia**. UFG, 2008. Disponível em www.revistas.ufg.br. Acesso em Dez/2014.
- DOURADO, Mecenas. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1957.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. **A leitura rarefeita**. São Paulo: Ática, 2002.
- LOUREIRO, Bernardo da Rocha. **Memoriais a D. João VI**. (organização e introdução de Georges Boisvert). Paris: Fundação Calouste Gulbekian/Centro Cultural Português, 1973.
- MACHADO, Adelaide Maria Muralha Vieira. “O Investigador Português em Inglaterra, nos primeiros anos de publicação (1811-1813) – Uma apresentação”, em **Cultura – Revista de História e teoria das ideias**. CASTRO, Zília Osório e PEREIRA, Sara Marques. Vol X, 1998. Pp. 473-491.
- MAXWELL, Kenneth. “Geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro”, em **Piratas, chocolates e outros malandros**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MUNARO, Luís. **O jornalismo português em Londres**. Retrato de um tempo e de uma profissão. Rio de Janeiro: Publit, 2014.



O Portuguez ou Mercurio Politico, commercial e litterario. João Bernardo da Rocha Loureiro. Londres, 1814-1822.

SANTOS, Maria Helena. “Imprensa periódica clandestina no século XIX: ‘O Portuguez’ e a Constituição”. **Análise social**. V. XVI. 1980. pp. 429-445.

SÉRGIO, Antonio. “O Reino Cadaveroso”. IN: **Antologias universais**. SERRÃO, Joel (org). Lisboa: Portugália, s/d. pp. 140-182.

TENGARRINHA, José. “Os comerciantes e a imprensa portuguesa da primeira emigração”. **Estudos em Homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos**. Universidade do Porto, 2004.